



Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de cargo de
Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Um cidadão brasileiro, habitante da Região Metropolitana de São Paulo, pretende questionar a realização de gastos efetuados pela Prefeitura da capital paulista com a locomoção e hospedagem de funcionários participantes de evento sediado no Município em que reside, organizado para promover a discussão de políticas públicas de integração dos Municípios da referida região. Nessa hipótese, em tese, o interessado

- (A) nada poderia fazer, por não estar legitimado a questionar gastos efetuados por órgãos integrantes da gestão de Município diverso do de sua residência.
- (B) deveria representar ao Ministério Público estadual, para que este promovesse a responsabilidade civil e criminal dos agentes públicos envolvidos, por meio de ação civil pública.
- (C) estaria legitimado a ajuizar ação popular, ficando isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- (D) deveria representar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este apurasse a regularidade dos gastos efetuados pela Prefeitura da capital e, se o caso, aplicasse sanções aos agentes responsáveis.
- (E) nada poderia fazer, por ser legítima a realização de despesas para os fins pretendidos pela administração do Município de São Paulo.

2. Proposta de emenda à Constituição da República tendo por objeto a introdução do direito ao afeto familiar dentre os direitos individuais é apresentada por Deputado Federal, sendo aprovada por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e três quintos do Senado Federal, em dois turnos de votação, em cada uma das Casas legislativas. A proposta assim aprovada é promulgada pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.

Referida proposta é incompatível com a Constituição, pois

- (A) padece de vício de iniciativa.
- (B) não se atingiu o quórum necessário para aprovação na Câmara dos Deputados.
- (C) não se atingiu o quórum necessário para aprovação no Senado Federal.
- (D) versa sobre matéria de direitos fundamentais, vedada à ação de reforma constitucional.
- (E) a promulgação é ato de competência exclusiva do Presidente da República.

3. Considera-se função atípica do Poder Executivo, sob a ótica do princípio da separação de poderes, a previsão constitucional segundo a qual compete ao Presidente da República

- (A) vetar e sancionar projetos de lei.
- (B) suspender a eficácia de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) editar decretos e regulamentos para a execução de leis.
- (D) nomear Ministros do Supremo Tribunal Federal, após arguição pelo Congresso Nacional.
- (E) editar leis delegadas e medidas provisórias.

4. Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual

- (A) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (B) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, assim definido em lei.
- (C) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5. Foi ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se pleiteia sejam declarados inconstitucionais dispositivos da Lei estadual paulista nº 13.121/2008, que introduz alterações na Lei nº 6.544/1989, o estatuto das licitações do Estado de São Paulo. O argumento central reside na suposta invasão, pelo Estado, de competência da União para dispor sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos. Na hipótese de o STF vir a julgar procedente a ADI, órgãos e entidades da Administração estadual paulista

- (A) deverão processar suas licitações com base na Lei estadual nº 13.121/2008, até que lei estadual posterior promova as adequações necessárias, em conformidade com a decisão do STF.
- (B) poderão processar suas licitações com base na Lei estadual nº 13.121/2008, até que lei federal posterior promova as alterações necessárias, em conformidade com a decisão do STF.
- (C) deverão formular consulta ao Tribunal de Contas do Estado sobre como processar suas licitações, podendo valer-se da Lei estadual nº 13.121/2008, até que sobrevenha a decisão da Corte de Contas.
- (D) estarão desde logo vinculados à decisão do STF, devendo processar suas licitações em conformidade com as normas gerais de licitações contempladas na legislação federal existente.
- (E) estarão vinculados à decisão do STF a partir do momento em que assim o reconhecer o Tribunal de Justiça do Estado, em sede de representação de inconstitucionalidade a ser formulada perante esta Corte pelo Governador do Estado.

6. É aplicação do princípio da igualdade sob o aspecto material, em âmbito tributário, a disposição constitucional segundo a qual

- (A) os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- (B) o Governo poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- (C) a União poderá instituir impostos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (D) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- (E) compete à União estabelecer normas gerais sobre a instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.



7. Ao disciplinar o financiamento da seguridade social, a Constituição da República estabelece que
- (A) a União poderá instituir, mediante lei complementar, em caráter extraordinário, outras contribuições sociais que não as já previstas constitucionalmente, as quais serão suprimidas gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
 - (B) as contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
 - (C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, exceto hipóteses previstas em lei complementar.
 - (D) as contribuições destinadas ao custeio da seguridade social somente poderão ser exigidas no exercício fiscal seguinte ao da lei que as houver instituído ou modificado.
 - (E) gozam de imunidade em relação à contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de assistência social.
8. Ao disciplinar a atuação do Estado no domínio econômico, a Constituição da República estabelece que
- (A) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
 - (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (C) a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
 - (D) a lei disciplinará os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e, com base no interesse nacional, proibirá a remessa de lucros.
 - (E) incumbe exclusivamente ao Poder Público a prestação de serviços públicos.
9. Nos termos da Constituição da República, incluem-se entre os bens dos Estados-membros da federação
- (A) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
 - (B) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
 - (C) os potenciais de energia hidráulica que se encontrem em seu domínio territorial.
 - (D) os recursos minerais, inclusive os do subsolo, encontrados em áreas dentro de seu território.
 - (E) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos dentro de seu domínio territorial.
10. O artigo 69, *caput*, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe que “as ações de sociedades de economia mista pertencentes ao Estado não poderão ser alienadas a qualquer título, sem expressa autorização legislativa”. Referido dispositivo foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 234, na qual o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a autorização legislativa exigida pela Constituição estadual “há de fazer-se por lei formal, mas só será necessária, quando se cuide de alienar o controle acionário da sociedade de economia mista” (Rel. Min. Néri da Silveira, publ. DJ 09/05/1997). Na decisão em questão, relativamente ao dispositivo impugnado, o STF procedeu à
- (A) declaração de inconstitucionalidade com redução de texto.
 - (B) revogação.
 - (C) declaração parcial de inconstitucionalidade com redução de texto.
 - (D) declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.
 - (E) interpretação conforme à Constituição.
11. Por força de previsão expressa no Código de Processo Penal (CPP), o serviço do júri é obrigatório, sujeitando-se ao alistamento os cidadãos maiores de 18 anos de notória idoneidade. O artigo 438 do mesmo diploma legal, a seu turno, estabelece que “a recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto”. A previsão contida no artigo 438 do CPP é
- (A) compatível com a Constituição da República.
 - (B) parcialmente compatível com a Constituição da República, no que se refere à possibilidade de exercício de objeção de consciência, que somente se admite por motivo de convicção filosófica ou política.
 - (C) incompatível com a Constituição da República, que considera o júri um órgão que emite decisões soberanas, sendo por essa razão vedada a recusa ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição da República, que não admite a suspensão de direitos políticos nessa hipótese.
 - (E) incompatível com a Constituição da República, que não admite a possibilidade de recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta.
12. João, Vereador que possuía a idade mínima para candidatura quando eleito para a função no pleito de 2008, pretende concorrer nas eleições que se realizarão em 2012 para Prefeito do Município em que exerce a vereança. Maria, sua irmã gêmea e também Vereadora do mesmo Município, pretende candidatar-se à reeleição. Nessa hipótese, em tese,
- (A) João deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, de modo a ser elegível para Prefeito, e Maria estará impedida de concorrer à reeleição, por ser parente consanguínea de 2º grau de titular de mandato no Município.
 - (B) Maria deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, de modo a pleitear a reeleição, e João estará impedido de concorrer à eleição para Prefeito.
 - (C) João estará impedido de concorrer à eleição para Prefeito, a menos que Maria renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (D) João não poderá concorrer ao cargo pretendido, pois não terá a idade mínima necessária para tanto, o que permitirá a Maria concorrer à reeleição.
 - (E) ambos preenchem as condições de elegibilidade para concorrer aos cargos pretendidos respectivamente.



13. A Lei estadual nº 14.307, de 27 de dezembro de 2010, estabelece em seu artigo 2º: "Para o exercício financeiro de 2011, os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado ficam fixados na seguinte conformidade: I – Governador do Estado: R\$ 18.725,00 (dezoito mil, setecentos e vinte e cinco reais); II – Vice-Governador do Estado: R\$ 17.789,00 (dezesete mil, setecentos e oitenta e nove reais); III – Secretários de Estado: R\$ 14.980,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais)." Referida lei resulta da aprovação do Projeto de Lei nº 1.284, de 2009, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A esse respeito, considere as seguintes afirmações, à luz da disciplina constitucional da matéria.
- I. É compatível com previsão expressa da Constituição da República a fixação por lei específica dos subsídios de Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado.
- II. Os subsídios do Vice-Governador e dos Secretários de Estado são fixados em valores inferiores ao do Governador em decorrência de regra expressa da Constituição da República, segundo a qual é aplicado como limite, nos Estados, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo.
- III. A Lei estadual nº 14.307/2010 padece de vício de iniciativa, por cuidar de matéria sujeita à iniciativa privativa do Governador do Estado, na qualidade de chefe do Poder Executivo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.
14. No início da década de 1990, instalou-se polêmica entre os Estados de Rondônia e Acre quanto às suas delimitações territoriais, estabelecidas pelo artigo 12, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição brasileira de 1988. A polêmica deu-se em função da manutenção de autoridades vinculadas ao Governo do Estado do Acre em região que o Estado de Rondônia alegava ter passado a seu domínio territorial. O Estado de Rondônia impetrou, então, mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal, pleiteando, dentre outros pedidos, que se determinasse ao Presidente da República que decretasse intervenção federal no Estado do Acre. Ao final, o tribunal denegou a segurança pretendida, nesse quesito (MS 21.041, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, publ. DJ de 13-3-1992). Nessa hipótese,
- (A) o mandado de segurança é inviável, pois não se pode pretender utilizar o expediente da intervenção federal para repelir invasão de uma unidade da Federação em território de outra.
- (B) a segurança pleiteada poderia ter sido deferida desde que o mandado de segurança houvesse sido impetrado pelo Presidente da República, autoridade legitimada pela Constituição a decretar a intervenção federal.
- (C) o pedido de intervenção federal perante o Supremo Tribunal Federal seria admissível, mas o mandado de segurança não seria o meio hábil para tanto, por inexistir direito líquido e certo à decretação de intervenção federal.
- (D) a decretação de intervenção federal pelo Presidente da República seria possível, por se tratar de situação prevista na Constituição da República, devendo o decreto respectivo ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, independentemente de representação ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) o Procurador-Geral da República poderia ter solicitado ao Supremo Tribunal Federal que recebesse o mandado de segurança como representação sua, caso em que a Corte requisitaria ao Presidente da República a decretação de intervenção federal.
15. Ao assegurar a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, a Constituição da República prevê que
- (A) os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados pelo Poder Executivo na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) o encaminhamento da proposta orçamentária compete, no âmbito dos Estados, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.
- (C) o encaminhamento da proposta orçamentária compete, no âmbito da União, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ouvidos os outros tribunais interessados.
- (D) se as propostas orçamentárias do Poder Judiciário forem encaminhadas em desacordo com os limites da lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Legislativo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- (E) durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
16. A Lei nº 14.309, de 27 de dezembro de 2010, do Estado de São Paulo, dispõe em seus arts. 1º e 9º:
- "Art. 1º. Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2011, compreendendo, nos termos do artigo 174, § 4º, da Constituição Estadual: I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público; II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público; III – o Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto."
- "Art. 9º. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa".
- A esse respeito, considere as seguintes afirmações, à luz da disciplina constitucional da matéria.
- I. Cotejando-se as definições constitucionais sobre as leis orçamentárias com o quanto previsto no artigo 1º acima transcrito, pode-se inferir que a Lei estadual nº 14.309/2010 corresponde à lei de diretrizes orçamentárias do Estado de São Paulo para o exercício de 2011.
- II. A estrutura da lei orçamentária para o exercício de 2011, contida no artigo 1º da Lei estadual nº 14.309/2010, reproduz para a esfera estadual o quanto previsto a esse respeito, na Constituição da República, relativamente à lei orçamentária anual federal.
- III. O Estado de São Paulo está legitimado a legislar sobre a matéria contida no artigo 9º da Lei estadual nº 14.309/2010, por se inserir dentre as competências concorrentes previstas na Constituição da República.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



Atenção: Para responder às questões 17 e 18, considere o caso hipotético relatado a seguir.

Com base em lei municipal promulgada em 2004, a Câmara de Vereadores de um Município paulista efetua o pagamento de remuneração aos membros que compareceram a sessões extraordinárias do órgão legislativo no exercício de 2010.

17. O pagamento efetuado a esse título pela Câmara de Vereadores é

- (A) compatível com a Constituição da República, que permite sua realização, desde que previsto em lei.
- (B) incompatível com a Constituição da República, que veda o pagamento de parcela indenizatória a membro de órgão legislativo, em razão de convocação extraordinária.
- (C) possível, uma vez que, à época da promulgação da lei municipal, a Constituição da República autorizava o pagamento em valor equivalente, no máximo, ao subsídio mensal dos membros do Legislativo.
- (D) ilícito, uma vez que a Constituição da República não contém previsão a esse respeito, de onde se depreende a impossibilidade de sua realização, em virtude do princípio da legalidade estrita em matéria administrativa.
- (E) compatível com a Constituição da República, da qual decorre diretamente o direito à percepção de indenização a membro do Legislativo em função de convocação extraordinária, ainda que não previsto em lei específica o pagamento.

18. Nessa hipótese, ao examinar as contas a serem prestadas pela Mesa da Câmara de Vereadores relativamente ao exercício de 2010, o Tribunal de Contas do Estado

- (A) ficará adstrito à análise da legalidade da despesa e da observância do limite constitucional de gasto com folha de pagamento da Câmara Municipal, vedada a apreciação quanto à constitucionalidade da lei municipal.
- (B) deverá abster-se de apreciar a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que a guarda da Constituição é de competência do Supremo Tribunal Federal, e não dos Tribunais de Contas.
- (C) possuirá legitimidade para apreciar a constitucionalidade da lei municipal, de onde poderá decorrer sua manifestação pela regularidade ou não da realização do pagamento.
- (D) somente poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, adotando-a como fundamento de decidir a respeito da regularidade da despesa, se já houver decisão judicial transitada em julgado a esse respeito.
- (E) não poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que esta é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, que não conhece mecanismos de controle político.

Direito Administrativo

19. O ato administrativo distingue-se dos atos de direito privado por, dentre outras razões, ser dotado de alguns atributos específicos, tais como

- (A) autodeterminação, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.
- (B) autoexecutoriedade, que autoriza a execução de algumas medidas coercitivas legalmente previstas diretamente pela Administração.
- (C) presunção de legalidade, que permite a inversão do ônus da prova, de modo a caber ao particular a prova dos fatos que aduz como verdadeiros.
- (D) imperatividade, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.
- (E) presunção de veracidade, que enseja a presunção de conformidade do ato com a lei, afastando a possibilidade de dilação probatória sobre a questão fática.

20. Considerando o posicionamento doutrinário que admite nulidade absoluta ou relativa dos atos administrativos eivados de vícios, é correto afirmar:

- (A) A desobediência à forma prescrita em lei e o vício de incompetência sempre ensejam a nulidade absoluta do ato praticado.
- (B) A nulidade relativa depende de provocação da parte interessada para ser reconhecida pela Administração Pública ou pelo Judiciário.
- (C) O vício relativo ao objeto impede a convalidação se inalterada a situação fático-jurídica, pois não é possível a repetição do mesmo ato sem que se incida no mesmo vício.
- (D) O desvio de poder enseja vício em relação ao motivo, mas pode ser convalidado caso seja possível o atingimento de outra finalidade pública.
- (E) A incompetência, seja quanto ao sujeito ou quanto à matéria objeto do ato administrativo, é sempre passível de convalidação, ainda que demande a edição de um novo ato.

21. Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que o poder

- (A) normativo é decorrência do poder vinculado da Administração, na medida em que só admite a prática de atos expressamente previstos em lei.
- (B) normativo é reflexo do poder discricionário nos casos em que é dado à Administração Pública o poder de substituir a lei em determinada matéria.
- (C) disciplinar é decorrente do poder de polícia administrativo, na medida em que admite a aplicação de sanções a todos os particulares.
- (D) disciplinar, no que diz respeito aos servidores públicos, é decorrente do poder hierárquico, na medida em que se traduz no poder da Administração de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos sujeitos à sua disciplina.
- (E) regulamentar, quando decorrente do poder hierárquico, é discricionário, porque não encontra estabelecidos em lei as hipóteses taxativas de sua incidência.



22. A desapropriação realizada pelos entes públicos legalmente habilitados a fazê-lo possui traço característico, qual seja
- (A) pertinência temática com as competências materiais que lhes são constitucional e legalmente atribuídas.
 - (B) possibilidade de expropriação de quaisquer bens públicos inservíveis.
 - (C) necessidade de observância do direito de reversão dos expropriados caso não seja dado ao bem desapropriado nenhuma finalidade pública.
 - (D) obrigatoriedade da eleição da via judicial sempre que o pagamento da indenização ultrapasse um exercício fiscal.
 - (E) obrigatoriedade de celebração de escritura pública para as desapropriações em que os expropriados concordam com o preço.
23. A União Federal pretende implantar um gasoduto subterrâneo para transporte da produção de gás de uma região para outra. O trajeto do gasoduto atinge parcialmente imóveis particulares e imóveis públicos. Para materialização da obra pretendida, que acarretará restrição parcial do aproveitamento dos imóveis, a União deverá
- (A) desapropriar os imóveis de particulares e requisitar temporariamente os imóveis públicos.
 - (B) instituir servidão administrativa sobre as áreas, observadas as formalidades legais, inclusive para os imóveis públicos.
 - (C) instituir servidão administrativa sobre os imóveis particulares e desapropriar os imóveis públicos, que não podem ser objeto de servidão administrativa.
 - (D) requisitar administrativamente os imóveis públicos e desapropriar os imóveis particulares.
 - (E) adquirir as parcelas dos imóveis públicos atingidas pela obra e desapropriar o perímetro necessário dos imóveis particulares.
24. Como característica comum às entidades integrantes da Administração Indireta do Estado de São Paulo, pode-se mencionar a
- (A) necessidade de lei autorizando a criação do ente.
 - (B) necessidade de concurso público para preenchimento dos cargos em comissão.
 - (C) submissão à autotutela da Administração Direta.
 - (D) submissão ao regime próprio de previdência.
 - (E) observância do regime de precatórios para pagamento de seus débitos judiciais.
25. A contratação direta de empresa para aquisição de bens móveis, sem a realização de licitação quando esta fosse exigível, que tenha ensejado despesas em valor menor que o praticado no mercado,
- (A) configura ato de improbidade administrativa, ainda que não tenha causado dano ao patrimônio econômico do ente público.
 - (B) não configura ato de improbidade administrativa porque o valor despendido foi menor que aquele que seria praticado no mercado.
 - (C) configura ato de improbidade apenas se o agente público responsável pelo ato tiver experimentado enriquecimento ilícito.
 - (D) não configura ato de improbidade porque o agente não agiu com dolo, requisito essencial à configuração da improbidade administrativa.
 - (E) não configura ato de improbidade porque a conduta deve ser tipificada na lei de licitações, que prevê consequências específicas, inclusive penais, para a contratação sem licitação.
26. De acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005, que disciplina os consórcios públicos, estes são dotados do seguinte privilégio:
- (A) promover desapropriações e instituir servidões, desde que possuam natureza jurídica de direito público.
 - (B) serem contratados com dispensa de licitação, desde que possuam natureza jurídica de direito público.
 - (C) possibilidade de contratarem com dispensa de licitação com limites de valores mais elevados.
 - (D) prerrogativa de serem contratados com inexigibilidade de licitação com limites de valores mais elevados, independentemente de sua natureza jurídica.
 - (E) prerrogativa de serem contratados com inexigibilidade de licitação em razão de valores mais elevados, desde que possuam natureza jurídica de direito privado.
27. A mutabilidade do contrato administrativo é
- (A) prerrogativa inerente a qualquer das partes, desde que vise ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.
 - (B) passível de ser invocada pelo particular contratado, nos casos de álea empresarial que resulte no desequilíbrio econômico financeiro do contrato.
 - (C) dever da Administração Pública de rescindir unilateralmente o contrato nos casos de álea econômica, fato da Administração ou força maior.
 - (D) faculdade atribuída às partes para, nos casos de fato da administração, imprevisível, possibilitar a alteração unilateral do contrato.
 - (E) característica que permite à Administração Pública a alteração unilateral e limitada do contrato.
28. No caso da Administração Pública impor a um imóvel particular limitações que terminem por inviabilizar qualquer aproveitamento da propriedade, estar-se-á diante de hipótese de desapropriação indireta. O instituto afeto à desapropriação direta que se aplica à desapropriação indireta:
- (A) a retrocessão.
 - (B) o direito de extensão.
 - (C) o desapossamento ficto.
 - (D) os juros compensatórios.
 - (E) a avaliação administrativa.
29. Em relação aos contratos de parcerias público-privadas disciplinados pela Lei Federal nº 11.079/2004, é correto afirmar:
- (A) É imprescindível ao Poder Público comprovar a prévia reserva de recursos financeiros em montante suficiente para cobrir as despesas decorrentes do contrato.
 - (B) É obrigatório ao Poder Público o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive para a abertura da licitação.
 - (C) Cabe ao Poder Público assumir integralmente os riscos nos contratos em que haja financiamento por parte do parceiro privado.
 - (D) É facultativa para o licitante vencedor do certame a constituição de uma sociedade de propósitos específicos, exceto se se tratar de consórcio, quando é expressamente dispensada essa exigência.
 - (E) Não há garantia da manutenção do equilíbrio financeiro tal como na Lei de Concessões, visto que não há tal previsão expressa na Lei nº 11.079/2004.



- | | |
|---|--|
| <p>30. A Administração Pública realizou licitação para venda de ativos mobiliários à vista. Venceu o licitante que apresentou proposta de maior valor. Em razão de oscilações no mercado financeiro, o licitante apresentou, posteriormente, requerimento para parcelamento do valor ofertado. A Administração Pública deverá</p> <p>(A) indeferir o pedido, com base no princípio da publicidade.</p> <p>(B) deferir o pedido, com fundamento no princípio da legalidade, já que não há vedação expressa.</p> <p>(C) indeferir o pedido, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.</p> <p>(D) deferir o pedido, em razão do princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>(E) deferir o pedido, com base no princípio do julgamento objetivo das propostas, desde que as parcelas sejam atualizadas monetariamente.</p> | <p>33. Em relação ao controle do Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública é correto afirmar:</p> <p>(A) As normas constitucionais que estabelecem as hipóteses de controle legislativo são enunciativas, permitindo interpretação extensiva quando se tratar de aspectos financeiros.</p> <p>(B) Constitui controle do Poder Legislativo a apreciação posterior de determinados atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) O controle do Poder Legislativo tem caráter sempre preventivo, na medida em que após a edição, os atos administrativos admitem, apenas, controle judicial limitado.</p> <p>(D) O controle financeiro realizado pelo Poder Legislativo não compreende controle de economicidade, porque se trata de aspecto afeto a competência discricionária do Poder Executivo.</p> <p>(E) O controle exercido pelo Tribunal de Contas abrange atuação preventiva e repressiva, dependendo, para a imposição de medidas sancionatórias, de autorização do Poder Legislativo.</p> |
| <p>31. O poder de polícia expressa-se, em sentido amplo, por meio de</p> <p>(A) medidas repressivas, não compreendendo medidas preventivas.</p> <p>(B) medidas gerais preventivas de limitação de direitos, podendo ser discricionárias quando não previstas em lei.</p> <p>(C) atos administrativos concretos limitadores do exercício de direitos e atividades individuais em caráter geral e abstrato.</p> <p>(D) atos administrativos normativos gerais e atos administrativos de aplicação da lei ao caso concreto.</p> <p>(E) medidas preventivas abstratas, tais como vistorias e licenças.</p> | <p>34. Uma hipótese expressa na Lei nº 8.666/93 de dispensa de licitação é:</p> <p>(A) A contratação de profissional de setor artístico, consagrado pela crítica especializada.</p> <p>(B) Alienação por investidura ao proprietário de imóvel lindeiro de área remanescente de obra pública, por valor não superior a R\$ 150.000,00.</p> <p>(C) Quando tiver havido licitação anterior para o mesmo objeto que tenha resultado deserta e desde que o valor do objeto não ultrapasse R\$ 150.000,00.</p> <p>(D) Aquisição de bens produzidos por empresa privada que tenha vencido a última licitação com o mesmo objeto.</p> <p>(E) Venda de um imóvel de uma autarquia estadual para uma autarquia federal.</p> |
| <p>32. A responsabilização do servidor público pode se dar no âmbito civil, penal e administrativo. Em relação a referida responsabilização, é correto afirmar:</p> <p>(A) O ilícito administrativo é dotado da mesma tipicidade do ilícito penal, uma vez que demanda expressa previsão legal da conduta punível para sua caracterização.</p> <p>(B) A caracterização do ilícito penal demanda a comprovação da existência de dolo ou culpa, enquanto na esfera civil se admite a responsabilização objetiva do servidor.</p> <p>(C) A caracterização do ilícito civil prescinde da comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão do servidor e o dano verificado.</p> <p>(D) Uma mesma conduta do servidor público pode configurar ilícito administrativo e ilícito penal, mas o processo administrativo disciplinar somente se inicia após a conclusão do processo crime, caso tenha restado comprovada a autoria.</p> <p>(E) A caracterização do ilícito administrativo prescinde da comprovação da tipicidade do ilícito penal, porque o fato punível na esfera administrativa pode não constituir crime.</p> | <p>35. Ao reingresso, no serviço público, do funcionário em disponibilidade, observado o disposto na Lei Estadual nº 10.261/68, dá-se o nome de</p> <p>(A) reintegração.</p> <p>(B) aproveitamento.</p> <p>(C) investidura.</p> <p>(D) disponibilidade.</p> <p>(E) reinvestidura.</p> |
| | <p>36. A caracterização de uma atividade como serviço público exige</p> <p>(A) a execução direta por parte do Poder Público.</p> <p>(B) a submissão a regime integralmente público, por meio de concessão ou permissão.</p> <p>(C) sua definição em ato administrativo do Poder Público que delegar sua execução.</p> <p>(D) gestão direta do Poder Público sobre a atividade delegada a particular.</p> <p>(E) previsão em lei, passível de delegação de sua execução material.</p> |

**Direito Financeiro**

Atenção: As questões de números 37 a 42 apresentam três afirmações sobre um determinado assunto. Para respondê-las utilize a chave abaixo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

37. A respeito dos restos a pagar, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) dispõe:

- I. É vedado ao titular de Poder, nos últimos três trimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, desde que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- II. É autorizado ao titular de Poder, nos últimos dois bimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- III. É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

38. Princípios constitucionais orçamentários.

- I. A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento de empresa em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, observando, assim, o princípio da unidade.
- II. Segundo o princípio da não-afetação é vedada a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções constitucionais.
- III. O princípio da exclusividade determina que "a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão e a fixação de despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares".

39. O Tribunal de Contas da União

- I. é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, apesar de fazer parte do Poder Judiciário.
- II. exerce a função de controle externo da administração federal e dos demais Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, conforme previsão constitucional.
- III. pode aplicar aos responsáveis por irregularidades de contas, as sanções previstas em lei, inclusive multa proporcional ao dano causado ao erário.

40. Disciplina constitucional dos precatórios.

- I. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- II. Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, sem qualquer exceção.
- III. Os débitos de natureza alimentícia e de qualquer valor, cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

41. A Lei nº 4.320/64 dispõe, expressamente:

- I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- II. O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- III. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

42. Despesas com a seguridade social.

- I. Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, atendidas ainda as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. As regras sobre a seguridade social previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal são aplicadas a benefícios ou serviços de saúde, previdência e assistência social, excluindo-se os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.
- III. É dispensada da compensação, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento de despesa decorrente de concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente.

43. A Constituição Federal determina, de forma expressa, que será exercida pelo Congresso Nacional a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à

- (A) economicidade, renúncia de subvenções, legalidade, legitimidade, conveniência e oportunidade dos atos de gestão.
- (B) legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- (C) legitimidade, economicidade, renúncia de receitas, conveniência e oportunidade dos atos de gestão.
- (D) renúncia de receitas, probidade, conveniência e oportunidade dos atos de gestão, legalidade e legitimidade.
- (E) conveniência e oportunidade dos atos de gestão, legalidade, justiça, legitimidade e probidade.



44. Além de outras atribuições constitucionais, compete ao Tribunal de Contas da União (A) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a Estado, mediante convênio. (B) apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo. (C) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República. (D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados. (E) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União.	47. A respeito da receita pública, analise as afirmações: I. A taxa é receita originária e compulsória, enquanto o preço público é receita derivada e voluntária. II. A contribuição de melhoria é uma relação jurídica de direito privado, enquanto o preço público é uma relação jurídica de direito público. III. O imposto é receita derivada e compulsória, enquanto o preço público é receita originária e não compulsória. IV. A taxa e o preço público se confundem, porque ambos têm natureza jurídica tributária. Está correto o que se afirma APENAS em (A) I. (B) II. (C) III. (D) IV. (E) III e IV.
45. Dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal que dívida pública consolidada ou fundada é o montante (A) total, apurado com duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a vinte e quatro meses, bem assim as operações de crédito de prazo inferior a dezoito meses cujas receitas tenham constado do orçamento. (B) total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. (C) total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas despesas tenham constado do orçamento. (D) apurado dos créditos financeiros do ente da Federação, decorrentes da realização de operações de crédito a longo prazo, para amortização em prazo superior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. (E) parcial, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras e tributárias do ente da Federação, assumidas em virtude de tratados internacionais e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas não tenham constado do orçamento.	48. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (A) 40% para a União, 50% para os Estados e 60% para os Municípios. (B) 50% para os Municípios e Estados e 60% para a União. (C) 50% para todos os entes da Federação. (D) 60% para todos os entes da Federação. (E) 50% para a União e 60% para os Estados e Municípios.
46. A Constituição Federal dispõe que há uma espécie de orçamento que "compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento". A Constituição está se referindo (A) ao orçamento fiscal. (B) ao plano plurianual. (C) ao orçamento da seguridade social. (D) à lei de diretrizes orçamentárias. (E) ao orçamento de investimento das empresas estatais.	49. Ao tratar da Fiscalização Contábil e Financeira e Orçamentária, a Constituição Federal dispõe, expressamente, que qualquer (A) contribuinte ou cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. (B) contribuinte, vereador, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante o Congresso Nacional. (C) partido político, autarquia, associação ou empresa pública é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante o Poder Executivo. (D) cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. (E) órgão da Administração Direta ou Indireta, partido político ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante o Senado Federal.



50. A Lei de Responsabilidade Fiscal afirma que as normas sobre renúncia de receitas NÃO são aplicáveis às alterações das alíquotas dos impostos sobre (A) produtos industrializados, importação, exportação e operações financeiras. (B) propriedade territorial rural, produtos industrializados e renda. (C) circulação de mercadorias e serviços, comércio exterior e renda. (D) importação, exportação, renda e propriedade territorial rural. (E) propriedade predial e territorial urbana, renda e produtos industrializados.	54. Examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República, bem como examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, são competências (A) do Congresso Nacional. (B) de uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados. (C) do Senado Federal. (D) do Tribunal de Contas da União. (E) de uma Comissão mista formada por representantes do governo e da sociedade civil, indicados pelo Presidente da República.
51. Segundo a Lei nº 4.320/64, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoral, são denominadas (A) subvenções sociais. (B) subvenções econômicas. (C) inversões financeiras. (D) investimentos. (E) transferências de capital.	Direito Penal 55. O princípio constitucional da legalidade em matéria penal (A) não vigora na fase de execução penal. (B) impede que se afaste o caráter criminoso do fato em razão de causa supralegal de exclusão da ilicitude. (C) não atinge as medidas de segurança. (D) obsta que se reconheça a atipicidade de conduta em função de sua adequação social. (E) exige a taxatividade da lei incriminadora, admitindo, em certas situações, o emprego da analogia.
52. Sobre arrecadação da receita pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a <u>reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida</u> (A) em caso de necessidade ou interesse público. (B) se houver anulação de alguma despesa previamente prevista. (C) se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal. (D) em caso de urgência e relevante interesse nacional. (E) em caso de estado de emergência ou calamidade pública.	56. No que concerne ao tempo do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria (A) da atividade. (B) da ubiquidade. (C) mista. (D) do resultado. (E) da subsidiariedade.
53. A Constituição Federal dispõe que compete ao Tribunal de Contas da União sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Entretanto, no caso de contrato o ato de sustação será (A) adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis, mas se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as referidas medidas, o Tribunal de Contas da União decidirá a respeito. (B) proferido pelo Senado Federal, que solicitará de imediato, ao Presidente da República as medidas cabíveis, mas se o Presidente da República, no prazo de noventa dias, não efetivar as referidas medidas, o Tribunal competente decidirá a respeito. (C) adotado diretamente pelo Poder Executivo, que solicitará, de imediato, ao Congresso Nacional as medidas cabíveis, mas se o Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas citadas, o Senado Federal decidirá a respeito. (D) poderá ser adotado pelo Tribunal de Contas, quando o Congresso Nacional, através de resolução, expressamente autorizar. (E) será adotado diretamente pelo Presidente da República, que solicitará, de imediato, ao Supremo Tribunal Federal as medidas cabíveis, mas se o Supremo Tribunal Federal, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas da União decidirá a respeito.	57. Os crimes que resultam do não fazer o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico, são chamados de (A) comissivos por omissão. (B) formais. (C) omissivos próprios. (D) comissivos. (E) omissivos impróprios. 58. Nos crimes plurissubsistentes, havendo <i>iter criminis</i> com sucessivas condutas durante a sua execução, é (A) inadmissível a tentativa. (B) admissível apenas a tentativa perfeita. (C) cabível a tentativa tão-somente nas formas culposas. (D) admissível tanto a tentativa perfeita, como a imperfeita. (E) cabível apenas a tentativa imperfeita.



59. Em matéria de concurso de pessoas, é correto afirmar que (A) coautores são aqueles que, atuando de forma idêntica, executam o comportamento que a lei define como crime. (B) partícipe é aquele que, também praticando a conduta que a lei define como crime, contribui, de qualquer modo, para a sua realização. (C) é possível a coautoria nos crimes de mão própria. (D) é admissível a coautoria nos crimes próprios, desde que o terceiro conheça a especial condição do autor. (E) é inadmissível a participação nos crimes omissivos próprios.	64. O perdão do ofendido (A) não é admissível fora do processo. (B) não aproveita aos demais querelados, se concedido. (C) é admissível mesmo depois de passar em julgado a sentença condenatória. (D) não produz efeito, se o querelado o recusa. (E) prejudica o direito dos outros, se concedido apenas por um dos ofendidos.
60. No estado de necessidade, (A) há necessariamente reação contra agressão. (B) o agente responderá apenas pelo excesso culposo. (C) deve haver proporcionalidade entre a gravidade do perigo que ameaça o bem jurídico e a gravidade da lesão causada. (D) a ameaça deve ser apenas a direito próprio. (E) inadmissível a modalidade putativa.	65. No crime de uso de documento falso, (A) a infração não se tipifica no caso de a falsidade do documento utilizado ser meramente ideológica. (B) a pena cominada é sempre a mesma, independentemente da natureza do documento. (C) há concurso com o delito de falso, se o agente que usa o documento é o próprio responsável pela falsificação, segundo amplo entendimento jurisprudencial. (D) o objeto material pode ser simples fotocópia falsificada, ainda que não autenticada. (E) a consumação se dá com o efetivo uso do documento, não se exigindo resultado naturalístico, já que se trata de delito formal.
61. Constitui causa de exclusão da culpabilidade (A) a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, em virtude da impossibilidade de o agente conhecer a ilicitude do fato. (B) o erro sobre a ilicitude do fato, em decorrência da não imputabilidade do agente. (C) a doença mental ou o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, em função de não se poder exigir conduta diversa do agente. (D) a menoridade, em virtude da impossibilidade de o agente conhecer a ilicitude do fato. (E) a coação moral irresistível, em função de não se poder exigir conduta diversa do agente.	66. No crime de falsificação de documento público, (A) ser o agente funcionário público é causa de aumento da pena, ainda que não se tenha prevalecido do cargo. (B) a forma do documento é verdadeira, mas seu conteúdo é falso. (C) o objeto material pode ser testamento particular. (D) a falsificação deve ser integral, não se punindo a meramente parcial. (E) não basta para a tipificação da infração a alteração de documento público verdadeiro.
62. Para a doutrina finalista, o dolo integra a (A) culpabilidade. (B) tipicidade. (C) ilicitude. (D) antijuridicidade. (E) punibilidade.	67. Dentre os crimes contra a fé pública, NÃO constitui crime próprio (A) a falsificação de selo ou sinal público. (B) o falso reconhecimento de firma ou letra. (C) a certidão ou atestado ideologicamente falso. (D) a falsidade de atestado médico. (E) a fraude de lei sobre estrangeiro.
63. No tocante ao crime culposo, é possível assegurar que (A) a inobservância de disposição regulamentar não faz presumir a culpa. (B) a culpa concorrente da vítima exclui a do acusado. (C) é desnecessária previsão de punição a título de culpa na respectiva figura penal. (D) é admissível a tentativa. (E) é dispensável a previsibilidade do resultado.	68. O funcionário público que, em razão da função exercida, exige vantagem indevida, mas não chega a recebê-la, pratica o crime de (A) corrupção passiva consumada. (B) tentativa de concussão. (C) tentativa de corrupção passiva. (D) concussão consumada. (E) excesso de exação consumado.



69. Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que

- (A) não configura o crime de coação no curso do processo o uso de violência ou grave ameaça contra testemunha em processo administrativo, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio.
- (B) as penas são aumentadas de um terço no delito de exploração de prestígio, se o agente insinua que o dinheiro solicitado, a pretexto de influir em testemunha, a esta também se destina.
- (C) constitui favorecimento pessoal prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- (D) configura o delito de auto-acusação falsa o ato da pessoa que, perante a autoridade, se atribui o cometimento de contravenção penal inexistente ou praticada por outrem.
- (E) não incorre nas penas do delito de patrocínio infiel o advogado que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

70. NÃO constitui crime praticado por funcionário público contra a administração em geral

- (A) a facilitação de contrabando ou descaminho.
- (B) a condescendência criminosa.
- (C) o tráfico de influência.
- (D) a advocacia administrativa.
- (E) o extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

71. Constitui crime contra as finanças públicas o ato de ordenar a assunção de obrigação cuja despesa não possa ser paga no exercício financeiro, desde que a determinação ocorra

- (A) nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura.
- (B) nos dois últimos semestres do último ano do mandato ou legislatura.
- (C) nos três últimos trimestres do último ano do mandato ou legislatura.
- (D) nos dois últimos quadrimestres dos dois últimos anos do mandato ou legislatura.
- (E) nos dois últimos bimestres dos dois últimos anos do mandato ou legislatura.

72. NÃO haverá crime se o agente, por conta de contrato decorrente de licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias,

- (A) elevar arbitrariamente os preços.
- (B) vender como verdadeira ou perfeita mercadoria falsificada ou deteriorada.
- (C) entregar uma mercadoria por outra.
- (D) alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida.
- (E) tornar, justamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

Direito Processual

73. Presentes os demais pressupostos legais caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado, dentre outros, no crime de

- (A) explosão.
- (B) incêndio.
- (C) extorsão.
- (D) aborto.
- (E) concussão.

74. A sentença de mérito, transitada em julgado, NÃO poderá ser rescindida quando

- (A) fundada em erro de fato, que foi objeto de controvérsia entre as partes litigantes, resultante de documentos da causa.
- (B) houver fundamento para invalidar desistência em que se baseou a sentença.
- (C) se fundar em prova, cuja falsidade seja provada na própria ação rescisória.
- (D) resultar de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- (E) houver fundamento para invalidar transação em que se baseou a sentença.

75. Paulo está sendo processado por crime de homicídio consumado. Encerrada a fase de instrução preliminar o Juiz resolve impronunciar o réu Paulo, convencido que inexistem indícios suficientes de autoria. Inconformado, o Representante do Ministério Público poderá interpor recurso

- (A) em sentido estrito no prazo de cinco dias.
- (B) em sentido estrito no prazo de oito dias.
- (C) de apelação, no prazo de cinco dias.
- (D) de apelação, no prazo de dez dias.
- (E) de apelação, no prazo de quinze dias.

76. Quanto aos embargos do devedor, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a concessão de efeito suspensivo impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.
- (B) nas execuções por carta precatória a citação do executado será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, contando-se o prazo para os embargos sempre a partir da juntada da carta precatória devidamente cumprida.
- (C) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, será contado em dobro o prazo para oposição de embargos do devedor.
- (D) se houver litisconsórcio passivo na execução entre cônjuges, o prazo para propositura dos embargos flui a partir da juntada aos autos do último mandado de citação cumprido.
- (E) o juiz imporá, em favor do exequente, multa ao embargante em valor não superior a 10% (dez por cento) do valor em execução se os embargos forem manifestamente protelatórios.

77. O prazo para o Ministério Público aditar a queixa na ação privada subsidiária ou exclusiva, contado da data do recebimento dos autos, será de

- (A) 02 dias.
- (B) 03 dias.
- (C) 05 dias.
- (D) 08 dias.
- (E) 10 dias.



78. O Juiz suspenderá o curso da execução fiscal, enquanto não localizados bens sobre os quais possa recair a penhora e,
- após decretar a suspensão, abrirá vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
 - decorrido o prazo máximo de 02 (dois) anos, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, ordenará o arquivamento dos autos.
 - nesse caso, o prazo de prescrição continuará correndo normalmente.
 - decorrido o prazo máximo de 06 (seis) meses, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, ordenará o arquivamento dos autos.
 - nesse caso, o prazo prescricional será interrompido e não voltará a correr enquanto não forem localizados bens passíveis de penhora.
79. Em relação à citação, segundo a legislação processual penal em vigor analise as seguintes assertivas:
- Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
 - Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias.
 - Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida pelo Código de Processo Civil.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- I.
 - III.
 - I e II.
 - I e III.
 - II e III.
80. No que concerne à impugnação ao cumprimento voluntário da sentença é correto afirmar que
- a decisão que resolver a impugnação é recorrível sempre mediante agravo de instrumento.
 - se o executado alegar excesso de execução deverá indicar o valor que entende correto sob pena de rejeição liminar da impugnação.
 - ela será instruída e decidida nos próprios autos, deferindo-se ou não o efeito suspensivo.
 - ela poderá versar sobre nulidade de citação, ainda que o processo não tenha corrido à revelia.
 - quando versar sobre inexigibilidade do título não se considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
81. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus
- se fundado em motivos que não sejam de caráter pessoal, aproveitará aos outros.
 - sempre aproveitará aos outros.
 - aproveitará aos outros que anuíram expressamente com o recurso por termo nos autos, os quais deverão ser obrigatoriamente intimados acerca do recurso interposto pelo corréu.
 - nunca aproveitará aos outros.
 - aproveitará aos outros que não tenham apresentado versão colidente com aquela apresentada pelo corréu recorrente durante o interrogatório judicial.
82. Sobre os inventários e partilhas, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- o processo de inventário e partilha deve ser aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
 - o juiz decidirá todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas.
 - havendo testamento, se todos os interessados forem capazes e concordes poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.
 - o Ministério Público, independentemente da qualificação dos herdeiros, sempre tem legitimidade concorrente para requerer o inventário e a partilha.
 - para o tabelião lavrar a escritura pública do inventário, não é necessário que as partes estejam assistidas por advogado, desde que todas sejam maiores, capazes e concordes.
83. Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do Juiz Singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo, no prazo de
- 03 (três) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
 - 05 (cinco) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
 - 08 (oito) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
 - 10 (dez) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
 - 15 (quinze) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
84. Sobre o mandado de segurança individual e coletivo é correto afirmar:
- Contra a decisão que conceder a liminar em mandado de segurança não caberá recurso.
 - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 6 (seis) meses nos casos previstos em lei.
 - É admitido o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.
 - Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos Tribunais caberão embargos infringentes, recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.
 - O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.



85. O princípio geral do processo que atribui às partes toda a iniciativa, seja na instauração do processo, seja no seu impulso, é o princípio (A) do devido processo legal. (B) inquisitivo. (C) dispositivo. (D) da eventualidade. (E) da verdade real.	88. O perdão, nos crimes de ação penal privada, (A) não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais. (B) poderá ser aceito fora do processo por meio de declaração assinada pelo próprio querelado. (C) será concedido pelo querelante mediante declaração expressa nos autos, ensejando a intimação do querelado para aceitação ou não no prazo de 10 dias. (D) não poderá ser concedido pelo querelante pela via extraprocessual. (E) concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive aos que recusarem.
86. Analise as seguintes assertivas sobre as despesas e multas envolvendo as partes e os procuradores, de acordo com o Código de Processo Civil: I. Quem receber custas indevidas ou excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao triplo de seu valor. II. O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido, as quais abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico. III. O réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios. IV. Quando, a requerimento do réu, o juiz declarar extinto o processo sem julgar o mérito, o autor não poderá intentar de novo a ação, sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários, em que foi condenado. Está correto o que se afirma APENAS em (A) I e IV. (B) II e IV. (C) I, II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.	89. Na execução de título extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar: (A) O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto, devendo comunicar ao juízo as averbações efetivadas, no prazo máximo de 5 dias de sua concretização. (B) A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução. (C) O executado que, intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores comete ato atentatório à dignidade da Justiça e incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor. (D) Não dependem de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, mas deverá indicar o Brasil como lugar de cumprimento da obrigação, devendo satisfazer, ainda, os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração. (E) O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.
87. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, (A) não altera a legitimidade das partes e a sentença proferida entre as partes originárias não estende seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário. (B) altera a legitimidade das partes, permitindo o ingresso imediato em juízo do adquirente ou cessionário, substituindo o alienante ou o cedente, independentemente de consentimento da parte contrária. (C) altera a legitimidade das partes, mas o ingresso em juízo do adquirente ou cessionário está condicionado ao consentimento da parte contrária, ensejando a extinção do feito sem resolução de mérito se não houver o consentimento. (D) não altera a legitimidade das partes, sendo vedado ao adquirente ou ao cessionário, o seu ingresso em juízo, substituindo o alienante ou o cedente, sem que haja o consentimento da parte contrária, mas poderá intervir no processo, assistindo o alienante ou o cedente. (E) não altera a legitimidade das partes, sendo vedado ao adquirente ou cessionário ingressar em juízo, substituindo o alienante ou cedente, ou intervir no processo assistindo o alienante ou cedente.	90. Sobre a sentença e a coisa julgada é correto afirmar: (A) A verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença faz coisa julgada. (B) A coisa julgada formal enseja a impossibilidade de modificação da sentença naquele mesmo processo ou em qualquer outro. (C) A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas. (D) Se a questão prejudicial for decidida como questão principal em outro processo, civil ou penal, a sentença que sobre ela versar não faz coisa julgada formal ou material. (E) Os motivos farão coisa julgada se forem importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.



Legislação Institucional

91. Nos termos da Constituição Estadual e na forma da Lei Complementar nº 709/93, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- (A) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- (B) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento.
- (C) julgar as ações civis públicas e aplicar aos ordenadores de despesa, aos gestores e aos responsáveis por bens e valores públicos as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) julgar renúncia de receitas, contratos, ajustes, acordos e atos jurídicos congêneres.
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos concessórios de aposentadoria, reforma ou pensão, ressalvada melhoria posterior que não altere o fundamento legal da concessão.

92. Das decisões passadas em julgado em processo de tomada de contas, caberá pedido de revisão

- (A) fundada em documentos novos, com eficácia sobre a prova produzida.
- (B) até 2 anos, contados do trânsito em julgado da decisão.
- (C) fundada na injustiça na apreciação da prova contida nos autos.
- (D) no qual não poderá ser facultada a produção de novas provas destinadas a demonstrar falsidade de documento.
- (E) até 3 anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

93. Estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas e só por decisão deste podem liberar-se de sua responsabilidade

- (A) qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou de direito privado.
- (B) os ordenadores de despesa, administradores, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) os servidores públicos civis ou militares que estejam no exercício de suas funções.
- (D) qualquer entidade, ainda que mantida exclusivamente por recursos privados.
- (E) quem receber benefícios pagos pela Previdência Social, independentemente da origem ou natureza.

94. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal de Contas adotará as medidas cabíveis, especialmente

- I. definindo a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão impugnado.
- II. ordenando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida, se houver débito.
- III. determinando o arquivamento, dispensando quaisquer outras providências, se não houver débito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

95. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador caberá

- (A) pedido de reexame, que terá efeito suspensivo.
- (B) apelação para o Tribunal de Contas da União, no prazo de 15 dias contado da publicação da decisão.
- (C) agravo para o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, quando a injustiça da decisão for manifesta.
- (D) apelação, no prazo de 30 dias, para o Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) recurso ordinário, no prazo de 15 dias, para o Tribunal de Justiça do Estado.

96. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 734/93), denomina-se aproveitamento

- (A) a reversão à carreira do Ministério Público de membro aposentado voluntariamente por tempo de serviço.
- (B) o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão de afastamento.
- (C) a transferência compulsória de membro do Ministério Público para cargo de igual entrância.
- (D) a transferência por permuta de membro do Ministério Público para cargo de igual entrância.
- (E) o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.



97. É direito dos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
- (A) exercer atividade político-partidária, mesmo sem se afastar de suas funções institucionais.
 - (B) receber, a título de remuneração complementar, percentagens e custas processuais.
 - (C) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, na condição de sócio administrador.
 - (D) receber, a título de ajuda de custo, o equivalente a 30 diárias integrais, quando, em virtude de promoção ou remoção, passar a ter exercício em nova sede, ali passando a residir em caráter permanente.
 - (E) receber honorário, quando promover ação relativa a pessoa pobre no sentido jurídico do termo.
98. É garantia dos membros do Ministério Público, dentre outras,
- (A) a irredutibilidade de vencimentos, mesmo no caso de erro da Administração quando ao disposto na Constituição Federal.
 - (B) a inamovibilidade no cargo e nas funções, ainda que por motivo de interesse público.
 - (C) a vitaliciedade, após cinco anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão judicial transitada em julgado.
 - (D) ser processado, nos crimes de responsabilidade, por Tribunal Especial, constituído de acordo com a Constituição Federal.
 - (E) a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão judicial transitada em julgado.
99. A respeito do *quorum* para deliberação do Tribunal Pleno e de cada Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com o respectivo Regimento Interno, é correto afirmar:
- (A) O Tribunal Pleno, nas Sessões Especiais, somente poderá deliberar com a presença de quatro julgadores, além do Presidente.
 - (B) Cada Câmara, em Sessão Ordinária, só poderá funcionar com a presença de todos os seus membros.
 - (C) As Sessões Extraordinárias do Tribunal Pleno realizar-se-ão com qualquer número de julgadores.
 - (D) As Sessões Extraordinárias de cada Câmara poderão ser realizadas com a presença de pelo menos dois julgadores.
 - (E) As Sessões Ordinárias do Tribunal Pleno realizar-se-ão com qualquer número de julgadores.
100. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em procedimento licitatório,
- (A) é legal a exigência de recibo de recolhimento da taxa de retirada do edital, como condição para participação.
 - (B) é válida a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.
 - (C) é permitido exigir-se certificações de qualidade para fins de habilitação.
 - (D) o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.
 - (E) é permitida a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.